Demonstrações Financeiras Individuais

BANCO ORIGINAL

30 de junho de **2026**

ÍNDICE

• Relatórios

Relatório da administração 3
Resumo do relatório do comitê de auditoria 6
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais 8

• Demonstrações financeiras individuais

Balanço patrimonial 13
Demonstração do resultado 15
Demonstração do resultado abrangente 16
Demonstração das mutações do patrimônio líquido 17
Demonstração dos fluxos de caixa 18

• Notas explicativas

1. Contexto operacional 20
2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras 20
3. Principais práticas contábeis 22
4. Caixa e equivalentes de caixa 28
5. tivos financeiros 28
6. Operações de crédito e outras operações com características de concessão de crédito 34
7. Outros ativos e passivos 37
8. Investimentos 39
9. Imobilizado 40
10. Intangível 40
11. Passivos financeiros ao custo amortizado 41
12. Tributos 44
13. Provisões e outras obrigações com instrumentos financeiros 46
14. Patrimônio líquido 48
15. Despesas de pessoal 49
16. Outras despesas administrativas 49
17. Outras receitas 50
18. Outras despesas 50
19. Partes relacionadas 50
20. Estrutura de gerenciamento de riscos 52
21. Suficiência de capital 55

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos as demonstrações financeiras do Banco Original S.A., acompanhadas das respectivas notas explicativas, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2026.

Essas informações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observadas a legislação societária vigente e as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN).

Cenário Geral

A economia brasileira iniciou 2026 ainda sustentada pela resiliência do mercado de trabalho e pela continuidade do crescimento da renda real. O desemprego permaneceu em um patamar historicamente baixo, mas a geração de empregos formais privados perdeu dinamismo e a massa salarial real permaneceu estável na margem. Esse quadro indica que a atividade segue desacelerando moderadamente.

O principal choque do semestre veio do ambiente geopolítico. A intensificação do conflito no Oriente Médio elevou o risco de interrupção do fluxo de petróleo e de outras mercadorias pelo Estreito de Ormuz. A reação inicial dos mercados foi uma alta expressiva do petróleo, acompanhada por maior volatilidade financeira e aumento dos custos de transporte e seguro.

Para o Brasil, o choque produziu efeitos ambíguos. De um lado, o país foi beneficiado pelo aumento do valor das exportações de petróleo e pela melhora dos termos de troca, o que fortaleceu a balança comercial e ajudou a sustentar o real. De outro, a elevação do petróleo aumentou o custo de combustíveis, derivados e insumos importados, além de pressionar as cadeias industriais e agropecuárias por meio de fertilizantes e fretes.

Apesar do choque inicial do petróleo nos preços, a inflação brasileira cedeu com a desaceleração dos grupos de alimentos e bens industriais. A deflação da alimentação no domicílio em julho mostrou que a oferta agrícola passou a atuar como importante mecanismo de descompressão da inflação. Mas a inflação de serviços, por outro lado, continuou mais resistente, refletindo a inércia, o nível ainda baixo do desemprego e a renda real acumulada.

Essa composição explica por que o Banco Central deu início ao ciclo de cortes da Selic de forma gradual e cautelosa, levando a taxa básica de juros a 14,00% a.a., com tom de cautela nas comunicações.

Para 2026, o cenário macroeconômico aponta continuidade da desaceleração da atividade, com projeção de crescimento de 1,7%, e trajetória inflacionária ainda pressionada, com IPCA estimado em 4,7%. A política monetária deve permanecer contracionista, com a Selic convergindo para 13,50% ao final do ano. No ambiente externo, projetamos superávit comercial relevante (US$ 78 bilhões) e taxa de câmbio em torno de R$ 5,35 ao fim de 2026, refletindo diferencial de juros ainda elevado e continuidade dos fluxos de investimento direto. No segundo semestre, o calendário eleitoral pode gerar maior oscilação pontual nos mercados domésticos, movimento típico desse período e já considerado em nossas projeções para 2027.

No Original

O Banco Original é controlado pela holding J&F Participações S.A., pertencente ao maior grupo empresarial do Brasil, que atua desde 1953, está presente em mais de 20 países e conta com aproximadamente 297 mil colaboradores, dos quais 180 mil no Brasil. O Grupo J&F controla um portfólio de empresas em diferentes setores, entre elas o Banco Original, com atuação consolidada como Banco de Atacado reconhecido por sua solidez e pela oferta de soluções financeiras ágeis, seguras e eficientes.

Desde julho de 2023, o Banco Original dedica-se exclusivamente às operações de Atacado, com atendimento a clientes dos segmentos de Agronegócio, Corporate e Middle.

Pilares de Crescimento

Agronegócio: Desde o início de suas operações, a instituição atua nesse segmento, oferecendo soluções financeiras personalizadas para empresas e produtores rurais ligados às principais culturas do setor, como algodão, milho, soja e entre outros. O foco está no atendimento a clientes com faturamento anual superior a R$ 100 milhões, com padrão de excelência nos serviços prestados.

Corporate: Lançado em 2013, o segmento atende empresas com faturamento anual a partir de R$ 500 milhões, com soluções financeiras completas e estruturadas para responder aos desafios de crescimento, expansão e gestão financeira de grandes grupos econômicos.

Middle: A partir de 2022, o segmento reforçou sua estrutura para atender empresas com faturamento entre R$ 50 milhões e R$ 500 milhões. O modelo de atuação é pautado no relacionamento próximo com clientes pessoa jurídica, conduzido por gerentes especialistas.

Os produtos e serviços do Banco Original estão alinhados às suas principais fontes de receita e às necessidades dos clientes de Atacado. O portfólio é composto, principalmente, por empréstimos, fianças, derivativos, câmbio, compra de recebíveis, trade finance, captação de recursos, seguros e operações estruturadas.

Destaques Financeiros

Ao longo do primeiro semestre de 2026, os acionistas realizaram aportes de capital de R$ 240 milhões no Banco Original, destinados a sustentar e ampliar as operações da instituição. Os recursos apoiaram os projetos estratégicos do Banco, a expansão da carteira de negócios e o fortalecimento dos indicadores prudenciais. A decisão reflete a confiança dos acionistas no potencial de crescimento dos negócios e na solidez da instituição.

Carteira de Crédito Expandida Atacado

Total	Corporate	Agronegócio	Recebíveis	Middle
R$ 22,1 bi	R$ 7,6 bi	R$ 7,6 bi	R$ 6,4 bi	R$ 590 mi
+19% vs jun25	-7% vs jun25	+42% vs jun25	+38% vs jun25	+1% vs jun25

Qualidade da Carteira de Crédito | **Funding**

Atraso > 90 dias	Estágio 3	Colateral	Índice de Cobertura	Carteira de Funding
0,25%	2,47%	91%	342%	R$ 36,1 bi
				+22% vs jun25

Liquidez | **Capital** | **Resultado**

Caixa	Patrimônio Líquido	Basileia	Lucro Líquido	ROAE
R$ 7,9 bi	R$ 2,3 bi	14,88%	R$ 156 mi	15%
			+12x vs jun25	a.a.

Carteira de Crédito

A carteira de crédito expandida encerrou o primeiro semestre de 2026 com saldo de R$ 22,6 bilhões. O destaque foi o segmento de Atacado, que atingiu R$ 22,1 bilhões, equivalente a 98% do total, com crescimento de 19% em relação ao mesmo período de 2025. A qualidade dos ativos permaneceu como um dos principais diferenciais da instituição: o índice de inadimplência acima de 90 dias ficou em 0,25%, apurado conforme os critérios da Resolução nº 4.966/21 do Banco Central.

Na comparação com junho de 2025, a carteira de crédito do Agronegócio cresceu 42%, enquanto o Corporate apresentou retração de 7%, em função do fluxo de vencimentos de operações contratadas ao longo do semestre. O Middle avançou 1% e a carteira de recebíveis expandiu 38%. Já a carteira de Varejo recuou 81% em relação a junho de 2025 e 62% frente a dezembro de 2025, refletindo o reposicionamento estratégico da instituição como banco voltado exclusivamente ao segmento de Atacado.

O prazo médio da carteira de ativos encerrou o semestre em 504 dias, refletindo a estratégia da instituição, focada em segurança e eficiência na alocação de recursos. O Índice de Basileia, por sua vez, alcançou 14,88%, reforçando a solidez patrimonial do Banco.

Em conformidade com a Resolução nº 4.966/21 do Banco Central, ao final de junho de 2026, 96% das operações de crédito estavam classificadas nos Estágios 1 e 2, percentual ainda impactado pela carteira legado de Varejo, integralmente provisionada. Considerando exclusivamente as operações de Atacado, esse percentual alcança 98%, em linha com os 91% das operações com garantias vigentes nos segmentos Corporate, Agronegócio e Middle.

Carteira de Captação

A carteira de captação encerrou o primeiro semestre de 2026 com saldo de R$ 36 bilhões, crescimento de 22% em relação ao mesmo período do ano anterior. Desse total, 34% foram originados em operações incentivadas (LCA e LCI), o que contribuiu para reduzir o custo médio de captação e fortalecer a competitividade do Banco no mercado.

O prazo médio da carteira de passivos encerrou o semestre em 548 dias, evidenciando a eficiência da instituição na gestão de ativos e passivos.

Resultado Líquido

O Banco Original encerrou o primeiro semestre de 2026 com lucro líquido de R$ 156 milhões, que evidencia os avanços obtidos com a execução disciplinada da estratégia de reestruturação conduzida nos últimos anos. Com a conclusão das principais iniciativas de reposicionamento do Banco e a redução dos efeitos residuais de operações do passado, o desempenho de 2026 passa a refletir de forma mais clara e representativa a operação recorrente de Atacado. Esse marco reforça a consistência do modelo de negócios adotado, a qualidade dos ativos e a capacidade da instituição de gerar resultados sustentáveis no longo prazo.

Agradecimentos

Agradecemos aos clientes e parceiros, cuja confiança e apoio têm sido fundamentais para a continuidade das operações e a consolidação dos resultados. Estendemos nosso reconhecimento aos 370 colaboradores, cuja dedicação e profissionalismo são determinantes para o desempenho e a evolução da instituição.

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria (Comitê) do Conglomerado Original (Conglomerado) tem como principais atribuições supervisionar os processos de controles internos e de gerenciamento de riscos do conglomerado, bem como os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna e avaliar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras.

O Comitê é um órgão estatutário com reporte ao Conselho de Administração (Conselho) e sua composição conta com dois membros externos independentes e um membro interno, em conformidade com o que estabelece a resolução CMN nº 4.910 de 27 de maio de 2021.

Para o cumprimento de suas atribuições, as avaliações e recomendações do comitê baseiam-se em informações recebidas da administração, incluídos os gestores de riscos, a auditoria interna e a auditoria independente.

Estabeleceram-se canais de comunicação eficientes entre os membros do comitê e os órgãos da administração executiva, de modo que as solicitações de informações dos componentes do colegiado são atendidas rápida e substancialmente pelos administradores e funcionários das instituições.

A administração executiva é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras e pelos critérios e procedimentos utilizados nos processos geradores das informações e, portanto, é a garantidora de sua qualidade.

A estrutura de auditoria interna é diretamente subordinada ao Conselho e é supervisionada pelo Comitê. Atua de forma objetiva e independente e adota metodologia própria, fundamentada nas melhores práticas da profissão. A metodologia estabelece a abordagem de avaliação por processos, com a frequência dos trabalhos determinada pelos riscos dos processos avaliados.

A auditoria interna provê o Conselho, a Presidência, a Diretoria Executiva e o Comitê de Auditoria com avaliações independentes, imparciais e tempestivas, para auxiliar a organização a realizar seus objetivos a partir da avaliação e melhoria dos processos de gerenciamento de riscos, controles, governança e do cumprimento de normas e regulamentos associados às operações do Conglomerado.

A Grant Thornton Auditores Independentes, empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras do Conglomerado, deve assegurar que elas apresentem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, e que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Comitê reuniu-se 6 (seis) vezes no período findo em junho de 2026, realizando 43 (quarenta e três) reuniões. Destas, 6 (seis) com a Auditoria Interna, 1 (uma) com a empresa de auditoria independente, 6 (seis) com a Contabilidade e Controladoria e 30 (trinta) com os gestores de negócios e de riscos, com o intuito de discutir pontos de gerenciamento de riscos, o planejamento e os trabalhos da Auditoria Interna, a adequação do escopo e dos procedimentos da auditoria independente, além de analisar as demonstrações financeiras de 30 de junho de 2026.

Nenhuma recomendação foi emitida para o período findo em 30 de junho de 2026.

O Comitê, com base nas informações recebidas, considera que a abrangência e profundidade dos trabalhos das auditorias independente e interna foram satisfatórias frente aos objetivos propostos, que as demonstrações financeiras de 30 de junho de 2026 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e que os aprimoramentos nos processos de gestão e controle de riscos os tornam adequados à complexidade dos negócios e ao perfil de risco do Conglomerado.

Não foram identificadas divergências significativas entre a Administração, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria, em relação às demonstrações financeiras para o período em análise.

Com base nas informações recebidas, o Comitê de Auditoria registra como positivos os esforços que vêm sendo desenvolvidos com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos do Conglomerado.

O Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda à Administração a aprovação das demonstrações financeiras auditadas no período findo em 30 de junho de 2026.

São Paulo, 27 de agosto de 2026

O Comitê de Auditoria

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 - 12º andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Original S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Original S.A. ("Instituição" ou "Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Original S.A. em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis às auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de ativos financeiros

(Conforme Nota Explicativa nº 6, "Operações de crédito e Outras operações com características de concessão de crédito")

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA:

A Instituição tem como um de seus principais negócios a realização de operações de crédito e financiamentos. Neste sentido, a administração exerce julgamento para fins de determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito em conformidade com as regras estabelecidas pela Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Em 30 de junho de 2026, a Instituição possuía provisões para as operações de crédito e outros créditos com característica de crédito no montante de R$ 660.232 mil. Em função da determinação do valor recuperável dos créditos ser uma estimativa contábil e possuir aspectos objetivos e subjetivos para sua determinação, consideramos a mensuração dessas provisões como sendo um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto:

Nossos procedimentos de auditoria, foram, entre outros: **(i)** o entendimento do processo estabelecido pela administração, bem como a análise sobre políticas contábeis internas; **(ii)** teste para validação da completude e integridade dos saldos; **(iii)** avaliação da atribuição do nível de provisão do devedor e consequentemente a classificação do estágio, através das premissas estabelecidas pela administração, com base nas premissas praticadas pelo mercado; **(iv)** monitoramento do controle e valorização das garantias; **(v)** monitoramentos das transações renegociadas; **(v)** recálculo aritmético das provisões e **(vii)** processos estabelecidos pela administração para cumprimento das premissas e normas do Banco Central do Brasil e do Conselho Monetário Nacional. Também foi escopo de nossas análises a avaliação e adequação das divulgações efetuadas pela Instituição na Nota Explicativa nº 6 das demonstrações financeiras.

Com base na abordagem de nossa auditoria e nos procedimentos efetuados, entendemos que os critérios e premissas adotados pelo Banco para mensuração e reconhecimento das provisões para perdas associadas ao risco de crédito foram adequados, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Créditos tributários

(Conforme Nota Explicativa nº 12c, "Composição dos ativos diferidos")

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

Em 30 de junho de 2026, a Instituição possuía o montante de R$ 3.652.066 mil referente a créditos tributários oriundos de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, os quais a administração entende que é provável a geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a adequada compensação desses créditos tributários. A projeção desses lucros tributáveis é baseada em premissas estabelecidas e fundamentadas pela administração e, portanto, envolvem julgamento e subjetividade. Consideramos a mensuração e realização desses créditos tributários como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria, foram, entre outros: **(i)** o entendimento das premissas estabelecidas pela administração, e o teste de sua efetividade, conforme estabelecido nas práticas contábeis e Resolução n° 3.059/02 alterada pela Resolução n° 4.842/20 ambas do Conselho Monetário Nacional (CMN), que requerem a análise das perspectivas de realização desses créditos, mediante a estudo de recuperabilidade dos créditos; **(ii)** validação das movimentações de adições e baixas e da integridade com base em seus respectivos efeitos contábeis. Também foi escopo de nossas análises a validação da adequação das divulgações efetuadas pela Instituição referente a Nota Explicativa nº 12c das demonstrações financeiras.

Com base na abordagem de nossa auditoria e nos procedimentos efetuados, entendemos que os critérios e premissas adotados pelo Banco para mensuração e reconhecimento dos créditos tributários foram adequados, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração. Não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manterem em continuidade operacional; e

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

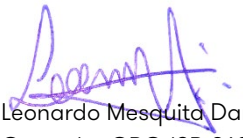
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de agosto de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Leonardo Mesquita Dantas
Contador CRC 1SP-263.110/O-7

© 2026 Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. Todos os direitos reservados

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2026	31/12/2025 Reapresentado
Ativo			
Disponibilidades		**16.500**	**8.579**
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		**2.418.344**	**2.851.500**
Títulos e valores mobiliários	5.2.a	2.097.928	2.622.248
Instrumentos financeiros derivativos	5.3.b	320.416	229.252
Ativos financeiros ao custo amortizado		**31.957.152**	**24.577.168**
Títulos e valores mobiliários	5.2.a	4.369.926	4.234.507
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5.1	5.220.709	1.046.356
Operações de crédito	6.a	4.639.652	4.278.463
Outras operações com características de concessão de crédito	6.b	15.589.520	13.836.438
Outros ativos financeiros	7.a	2.137.345	1.181.404
Tributos		**3.694.151**	**3.735.117**
Correntes	12.b	42.085	23.242
Diferidos	12.c	3.652.066	3.711.875
Outros ativos	7.b	**779.200**	**651.348**
Investimentos em coligadas e controladas	8.a	**457.483**	**271.663**
Imobilizado	9.a	**2.998**	**3.475**
Intangível	10.a	**7.052**	**7.719**
Total do ativo		**39.332.880**	**32.106.569**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2026	31/12/2025 Reapresentado
Passivo e Patrimônio Líquido			
Passivos financeiros ao custo amortizado		**36.201.248**	**29.682.173**
Depósitos	11.a	21.543.401	17.096.007
Captações no mercado aberto	11.b	499.999	–
Recursos de aceites e emissão de títulos	11.c	12.654.087	11.180.089
Instrumentos de dívida com cláusulas de subordinação	11.d	1.419.182	1.389.552
Obrigações por empréstimos e por repasses	11.e	84.433	16.221
Outros passivos financeiros	7.c	146	304
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado		**379.436**	**201.762**
Instrumentos financeiros derivativos	5.3.b	379.436	201.762
Provisões e outras obrigações com instrumentos financeiros	13.a	**275.344**	**276.734**
Tributos		**99.831**	**50.989**
Correntes	12.d	7.598	8.295
Diferidos	12.e	92.233	42.694
Outros passivos	7.d	**52.874**	**91.541**
Patrimônio Líquido		**2.324.147**	**1.803.370**
Capital social	14.a	1.896.385	1.656.534
Reservas de Lucros	14.b	10.894	10.894
Outros Resultados Abrangentes	14.d	260.792	135.942
Lucros Acumulados		156.076	–
Total do passivo e do patrimônio líquido		**39.332.880**	**32.106.569**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Receitas da intermediação financeira		**2.300.067**	**2.009.223**
Rendas de operações de crédito	6.e	1.143.895	592.506
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	5.1	349.692	164.655
Rendas com títulos e valores mobiliários	5.2.c	426.326	500.873
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	5.3.c	378.340	749.868
Rendas de outras operações com características de crédito	6.f	1.814	1.321
Despesas da intermediação financeira		**(1.870.126)**	**(1.869.565)**
Despesas de captação	11.f	(1.876.612)	(2.101.512)
Despesas em operações de empréstimos e repasses	11.g	6.486	231.947
Resultado bruto da intermediação financeira		**429.941**	**139.658**
Resultado das provisões para perdas		**134.356**	**102.449**
Provisão para risco de crédito		127.547	85.843
Recuperação de créditos baixados como prejuízo		6.809	16.606
Receitas/(despesas) operacionais		**(281.871)**	**(213.363)**
Receitas de prestação de serviços		4.931	7.580
Receitas de tarifas bancárias		1.646	2.369
Despesas de pessoal	15	(78.884)	(76.366)
Outras despesas administrativas	16	(162.442)	(188.779)
Despesas tributárias	12.h	(23.229)	(10.307)
Resultado de participações em controladas e coligadas	7.d.1 / 8.a	71.223	5.404
Outras receitas	17	64.885	105.377
Outras despesas	18	(160.001)	(58.641)
Resultado antes dos tributos e participações		**282.426**	**28.744**
Imposto de renda e contribuição social	12	**(104.516)**	**(3.319)**
Provisão para imposto de renda		(16.760)	21.338
Provisão para contribuição social		(13.408)	17.069
Ativo fiscal diferido		(74.348)	(41.726)
Participação nos lucros		**(21.834)**	**(13.496)**
Resultado Líquido		**156.076**	**11.929**
Resultado básico por ação em Reais			
Ação preferencial		**0,10**	**0,01**
Ação ordinária		**0,10**	**0,01**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Lucro Líquido	**156.076**	**11.929**
Hedge		
Hedge de investimentos líquidos em operação no exterior	22.989	22.885
Variações cambiais de investimentos no exterior		
Variação de valor justo	(12.844)	(24.092)
Outros		
Coligada	114.719	54.562
Outros	(14)	97
Total de Outros Resultados Abrangentes	**124.850**	**53.452**
Total do Resultado Abrangente	**280.926**	**65.381**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Capital social	Reservas de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Totais
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**5.080.001**	**–**	**411**	**(3.349.649)**	**1.730.763**
Ajustes iniciais na adoção das Resoluções nº 4.966/21 e 4.975/21	–	–	14.770	(735.747)	(720.977)
Saldos em 1º de janeiro de 2025	**5.080.001**	**–**	**15.181**	**(4.085.396)**	**1.009.786**
Aumento/redução de capital	280.000	–	–	–	280.000
Ajustes de avaliação patrimonial (1)	–	–	53.452	–	53.452
Lucro Líquido	–	–	–	11.929	11.929
Saldos em 30 de junho de 2025	**5.360.001**	**–**	**68.633**	**(4.073.467)**	**1.355.167**
Saldos em 1º de janeiro de 2025	**5.080.001**	**–**	**15.181**	**(4.085.396)**	**1.009.786**
Aumento/redução de capital	(3.423.467)	–	–	4.085.396	661.929
Ajustes de avaliação patrimonial (1)	–	–	120.761	–	120.761
Lucro Líquido	–	–	–	22.823	22.823
Destinações					
Absorção de prejuízos acumulados	–	–	–	(11.929)	(11.929)
Reserva legal	–	545	–	(545)	–
Dividendos obrigatórios Não distribuídos	–	2.587	–	(2.587)	–
Reserva estatutária	–	7.762	–	(7.762)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**1.656.534**	**10.894**	**135.942**	**–**	**1.803.370**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**1.656.534**	**10.894**	**135.942**	**–**	**1.803.370**
Aumento/redução de capital	239.851	–	–		239.851
Ajustes de avaliação patrimonial (1)	–	–	124.850	–	124.850
Lucro Líquido	–	–	–	156.076	156.076
Saldos em 30 de junho de 2026	**1.896.385**	**10.894**	**260.792**	**156.076**	**2.324.147**

(1) Inclui os efeitos da variação cambial referente a conversão de investimentos no exterior.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Lucro líquido ajustado	**316.977**	**552.968**
Lucro líquido	156.076	11.929
Ajustes ao lucro líquido:	160.901	541.039
Perdas de crédito esperadas	(127.547)	(85.843)
Resultado de juros e ajuste ao valor justo de operações com Dívida Subordinada	29.630	353.132
Provisões cíveis, trabalhistas, fiscais e previdenciárias e outros riscos	(1.390)	15.447
Receita de atualização/encargos de depósitos em garantia	(763)	(1.463)
Tributos diferidos	109.348	(754)
Depreciação e amortização	4.321	10.876
(Ganho)/perda na venda de ativos não financeiros mantidos para venda recebidos	594	(8.550)
Provisão para desvalorização de ativos não financeiros mantidos para venda recebidos	12.298	3.268
Resultado de participações em controladas	(71.223)	(5.404)
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	2.794	1.193
Variação cambial de ativos e passivos	202.839	259.137
Variação de ativos e passivos	**1.004.122**	**(1.449.617)**
(Aumento)/Redução em ativos		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(1.012.016)	5.326
Títulos e valores mobiliários	388.901	(2.413.715)
Derivativos (ativos/passivos)	86.495	(266.127)
Outros ativos financeiros	(955.860)	(338.255)
Operações com característica de concessão de crédito	(2.252.794)	(2.369.609)
Ativos fiscais	(18.161)	(2.353)
Outros ativos	(140.744)	(73.413)
(Redução)/Aumento em passivos		
Depósitos	4.447.394	3.544.118
Captações no mercado aberto	499.999	500.000
Obrigações fiscais	(697)	(6.531)
Outros passivos	(38.395)	(29.058)
Caixa líquido proveniente/(aplicado) nas atividades operacionais	**1.321.099**	**(896.649)**
(Aquisição)/Alienação de investimentos	122	(2.765)
(Aquisição)/Alienação de imobilizados	–	21.047
(Aquisição)/Alienação de intangíveis	(3.177)	(1.867)

	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Caixa líquido proveniente/(aplicado) nas atividades de investimento	**(3.055)**	**16.415**
Aumento/(Redução) de capital	239.851	280.000
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	1.547.157	566.499
Caixa líquido proveniente/(aplicado) nas atividades de financiamento	**1.787.008**	**846.499**
Aumento/(Diminuição) líquido em caixa e equivalentes de caixa	**3.105.052**	**(33.735)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	79.001	191.743
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	(2.794)	(1.193)
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	3.181.259	156.815
Disponibilidades	16.500	19.327
Aplicações em moedas estrangeiras	3.164.759	137.488
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**3.105.052**	**(33.735)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
EM 30 DE JUNHO DE 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

1. Contexto operacional

O Banco Original S.A. (Original) é uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a operar sob a forma de banco múltiplo, através de carteira comercial, de financiamento, de investimento e de crédito imobiliário, constituído na forma de sociedade anônima, sediado na Rua Porto União, 295, Brooklin Paulista, São Paulo - SP. O Original é controlado pela J&F Participações S/A, que detém 100% de suas ações ordinárias e preferenciais.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e em consonância com as diretrizes contábeis estabelecidas pela lei das sociedades por ações, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), considerando o pressuposto da continuidade, em que a Administração avalia a capacidade operacional no futuro previsível por meio de planejamento anual, fluxos de caixa e revisão dos controles e responsáveis pela governança. As demonstrações financeiras do Banco Original estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação. A mensuração de determinados ativos, passivos, receitas e despesas envolve o uso de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, os quais são periodicamente revisados pela Administração com base nas melhores informações disponíveis. Eventuais diferenças entre os valores estimados e os realizados serão reconhecidas nos resultados futuros, conforme o princípio da competência e em conformidade com o tratamento prospectivo previsto nas normas contábeis aplicáveis. Os principais valores que possuem risco de gerar ajuste em períodos subsequentes são:
- Provisões - principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; - Determinados critérios de provisionamento para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- Expectativa de consumo de créditos tributários, conforme a estimativa de disponibilidade de lucro. Exceto quando indicado, os valores apresentados nas demonstrações e respectivas notas explicativas possuem ajustes de arredondamento, sendo para cima se a primeira casa decimal for igual ou superior a 5 e para baixo quando inferior. Tais ajustes não ocasionam distorções significativas às divulgações. Na elaboração das demonstrações financeiras, foi realizada a consolidação dos saldos da agência nas Ilhas Cayman.

Dependência no exterior	30/06/2026 Ativos	Passivos	Patrimônio Líquido	Resultado 01/01 a 30/06/2026
Banco Original Ilhas Cayman	6.730.091	6.516.338	213.753	12.953

Dependência no exterior	30/06/2025 Ativos	Passivos	Patrimônio Líquido	Resultado 01/01 a 30/06/2025
Banco Original Ilhas Cayman	2.731.625	2.517.981	213.644	11.369

Investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais

		30/06/2026			31/12/2025
	Atividade	Capital social integralizado	Ações ordinárias e cotas	Participação total	Participação total
Entidades coligadas					
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda.	Corretora de seguros	284.664	56.927.051	19,99%	19,99%
PicPay Holdings Netherlands B.V.	Holding	4.912.189	10.139.388	7,82%	9,50%
Entidades controladas					
Original Hub Ltda.	Prestação de serviços	9.450	3.450.000	99,99%	99,99%

O valor total de ativos, passivos e resultado líquido das entidades avaliadas pelo método da equivalência patrimonial são:

	30/06/2026 Ativo total	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Passivos contin-gentes	Outros resultados abrangentes	Resultado abrangente total 01/01 a 30/06/2026
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda.	20.989	2.979	(12.344)	29.746	–	608
Original Hub Ltda.	2.331	–	2.325	–	–	6
PicPay Holdings Netherlands B.V.	6.189.020	368.651	5.273.549	–	(227.925)	774.745

	31/12/2025					Resultado abrangente total 01/01 a 30/06/2025
	Ativo total	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Passivos contin-gentes	Outros resultados abrangentes	
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda.	15.243	1.604	8.080	25.983	–	(13.813)
Original Hub Ltda.	2.325	–	3.392	–	–	(271)
PicPay Holdings Netherlands B.V.	3.068.491	87.016	2.586.333	–	48.170	118.310

2.1. Reapresentação das demonstrações contábeis

No 1º semestre de 2026, o Banco Original passou a classificar sua carteira de Cédula de Produtor Rural na rubrica "Outras operações com características de concessão de crédito" do seu Balanço Patrimonial. Foram aplicadas as alterações resultantes dessa nova apresentação nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025. Essa reclassificação não produziu qualquer efeito sobre o ativo total, passivo total, patrimônio líquido ou resultado do exercício anteriormente divulgado. Segue os efeitos decorrentes dessa reclassificação:

	31/12/2025		
	Saldo divulgado	Reclassificação	Saldo reclassificado
Operações de crédito	9.636.777	(5.358.314)	4.278.463
Outras operações com características de concessão de crédito	8.478.124	5.358.314	13.836.438

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração, em 27 de agosto de 2026.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas de forma consistente e uniforme são:

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o princípio da competência, ou seja, no período em que as receitas e despesas ocorrem, independentemente de recebimentos ou pagamentos. As receitas e despesas de natureza financeira, incluindo efeitos das variações monetárias, são contabilizadas pelo critério pro rata dia.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, disponibilidades em moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos, mensurados e divulgados de acordo com as disposições estabelecidas pelas normas contábeis vigentes, emanadas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e demais órgãos reguladores, considerando as especificidades das operações conduzidas pelo Banco Original. O reconhecimento inicial ocorre na data da contratação, ao valor justo da contraprestação recebida ou entregue, acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis ao instrumento, exceto nos casos de ativos e passivos designados ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos instrumentos financeiros é definida com base no modelo de negócios adotado para a gestão dos ativos financeiros e nas características dos fluxos de caixa contratuais, conforme previsto na regulamentação vigente, podendo ser alocados nas seguintes categorias:

• Ativos financeiros ao **custo amortizado** (CA): destinada a ativos mantidos com o propósito de receber exclusivamente os fluxos de caixa contratuais (pagamentos de principal e juros). Esta categoria engloba ativos anteriormente classificados como "Mantidos até o Vencimento", parte dos "Disponíveis para Venda", operações de crédito e outros créditos;

• Ativos financeiros ao **valor justo por meio do resultado** (VJR): aplicável a ativos que não se enquadram nas demais categorias, como derivativos e instrumentos patrimoniais;

• Ativos financeiros ao **valor justo por meio de outros resultados abrangentes** (VJORA): destinada a ativos financeiros mantidos com objetivos mistos de recebimento de fluxos contratuais e venda. Em 30 de junho de 2026, o Banco Original não possuía ativos classificados nesta categoria.

Modelo de negócios: reflete a forma como os instrumentos financeiros são administrados para gerar resultados operacionais e fluxos de caixa, independentemente da intenção específica sobre cada ativo.

Características dos fluxos de caixa: os pagamentos precisam ser, exclusivamente, de principal e juros para que o ativo seja classificado no CA ou VJORA. Os ativos mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes utilizam o método dos juros efetivos para cálculo de receitas ou despesas financeiras, considerando os custos de transação relevantes. Para operações classificadas no CA que apresentam características de concessão de crédito, foi adotada metodologia específica para o reconhecimento das receitas e despesas correspondentes. A baixa de ativos financeiros ocorre quando expiram os direitos contratuais aos fluxos de caixa, quando não há expectativa razoável de recuperação (com o devido reconhecimento de perda de crédito esperada), ou quando há transferência substancial dos riscos e benefícios do ativo. Passivos financeiros deixam de ser reconhecidos quando extintos, seja por liquidação, cancelamento ou vencimento.

A mensuração subsequente é realizada conforme a categoria de classificação, sendo:

• **Valor justo**: calculado com base em hierarquia de precificação definida em três níveis, conforme grau de observação das variáveis utilizadas na mensuração; sendo:

- Nível 1: preços cotados em mercados ativos para instrumentos idênticos;

- Nível 2: preços observáveis de instrumentos similares em mercados ativos;

- Nível 3: premissas internas e dados não observáveis, com uso de modelos próprios.

• **Custo amortizado**: calculado utilizando o método dos juros efetivos, considerando receitas e despesas incrementais superiores a 1% do valor do contrato;

• **Perda de crédito esperada**: a mensuração da perda de crédito esperada considera abordagem prospectiva baseada em modelos estatísticos, informações históricas, atuais e projeções macroeconômicas, utilizando abordagem de três estágios:

- Estágio 1: ativos com risco de crédito não aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. A perda de crédito esperada é calculada considerando a inadimplência esperada nos próximos 12 meses ou para o prazo remanescente do contrato nos casos onde este prazo é menor que 12 meses;
- Estágio 2: ativos cujo risco de crédito aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, mas ainda sem evidência objetiva de perda. A perda de crédito esperada é calculada com base na inadimplência esperada ao longo da vida do ativo ou minimamente com horizonte de 12 meses;
- Estágio 3: ativos com evidência objetiva de perda, sendo reconhecida perda esperada integral com base na inadimplência ao longo da vida do instrumento. Nesses casos, o reconhecimento de receita de juros é feito com base no valor contábil líquido (após provisão). A identificação do estágio é reavaliada periodicamente, considerando fatores como atraso, reestruturações contratuais, ratings internos, informações externas de inadimplência e demais variáveis pertinentes. Os instrumentos podem migrar entre os estágios conforme a evolução do risco de crédito. Para ativos com evidência objetiva de perda de crédito ou atraso superior a 90 dias, o reconhecimento de juros passa a ocorrer pelo critério de caixa. A baixa de ativos financeiros ocorre na data da negociação quando:
• expiram os direitos contratuais sobre os fluxos de caixa;
• há transferência substancial dos riscos e benefícios do ativo; ou
• não há expectativa razoável de recuperação, situação em que se aplica a baixa contra a provisão. Os passivos financeiros são baixados quando liquidados, cancelados ou vencidos.

c.4) Derivativos e uso de *hedge* contábil
Os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não. Os derivativos utilizados para proteger exposições de risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros que sejam altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato e considerado efetivo na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como *hedge* de acordo com sua natureza:
• ***Hedge* de risco de mercado**: Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado;
• ***Hedge* de investimento no exterior e *hedge* de fluxo de caixa**: A parcela efetiva de hedge dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, é contabilizada pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos, quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido. A parcela não efetiva é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

d) Tributos

A provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social é composta por tributos correntes, os quais são recuperados ou pagos no período aplicável, e diferidos, representado pelos ativos e os passivos fiscais diferidos, decorrentes de diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributária dos ativos e passivos, no final de cada período. A provisão para IRPJ é constituída com base no lucro real, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% ao que exceder a R$ 240 mil no exercício fiscal. A provisão para CSLL é calculada sobre o lucro líquido contábil ajustado por adições e exclusões determinadas por Lei, à alíquota de 20%. O PIS (0,65%) e a COFINS (4%) são calculados sobre receitas financeiras e registradas em despesas tributárias. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e adições temporárias são registrados na rubrica Ativos diferidos. As obrigações fiscais diferidas são registradas na rubrica Passivos diferidos. Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizados pela Administração. Em novembro de 2022, foi publicada a Lei nº 14.467, que alterou significativamente o tratamento fiscal aplicável às perdas com créditos inadimplidos por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As disposições dessa lei passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2025, revogando os dispositivos anteriores sobre o tema, especialmente aqueles previstos na Lei nº 9.430/1996. O novo marco regulatório buscou promover maior convergência entre os critérios fiscais e contábeis de apuração de perdas em operações de crédito, com o objetivo de refletir de forma mais fiel a realidade econômica e reduzir as assimetrias entre lucro contábil e base de cálculo do IRPJ e da CSLL.

Reconhecimento da inadimplência

A partir da entrada em vigor da nova norma, os créditos passaram a ser considerados inadimplentes, para fins de dedutibilidade fiscal, após 90 dias de atraso no pagamento do principal ou dos encargos contratuais, independentemente da data de contratação.

As perdas dedutíveis passaram a ser apuradas mensalmente, com base na totalidade do saldo inadimplente, por meio da aplicação de dois fatores cumulativos:

• Um fator fixo, incidente no momento em que a operação completou 90 dias de atraso;

• Um fator adicional, progressivo, conforme o tempo decorrido desde o reconhecimento da inadimplência. Tais fatores, definidos por norma da Receita Federal, foram aplicados sobre o saldo bruto da operação, descontando-se os valores já deduzidos em períodos anteriores.

Tratamento de encargos em atraso

As receitas relativas a encargos financeiros reconhecidos contabilmente em operações inadimplentes - incluindo aquelas submetidas à falência ou à recuperação judicial - passaram a ser excluídas da base de cálculo do IRPJ e da CSLL. Caso tais valores tenham sido efetivamente recebidos, foram incluídos na base tributável no momento do recebimento.

Recuperações posteriores

Recuperações de créditos anteriormente baixados como perda dedutível passaram a ser adicionadas ao lucro tributável no momento do efetivo recebimento, independentemente da forma de recuperação - pagamento, novação, execução de garantias ou outras modalidades.

Limitações para créditos com partes relacionadas
A legislação também ampliou as hipóteses de vedação à dedutibilidade fiscal de perdas com operações realizadas com partes relacionadas, incluindo:
• Sócios, administradores, controladores e respectivos cônjuges ou parentes até o segundo grau;
• Pessoas físicas com participação relevante no capital da instituição;
• Empresas sob controle comum, coligadas ou com influência significativa;
• Pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no exterior. Nesses casos, ainda que as perdas tenham sido registradas contabilmente, sua dedução fiscal foi vedada.
Ativos fiscais diferidos
Os ativos fiscais diferidos oriundos de perdas com créditos inadimplidos reconhecidos até 31 de dezembro de 2024 foram preservados. Contudo, sua realização fiscal passará a ocorrer de forma parcelada, a partir de janeiro de 2026, mediante dedução em frações mensais uniformes, ao longo de sete ou dez anos, conforme o enquadramento legal.
Reforma Tributária sobre o consumo
A Emenda Constitucional nº 132/2023 estabeleceu as bases do novo sistema de tributação sobre o consumo, incluindo a criação do IVA dual (compreendendo a Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS, de competência federal, e o Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, compartilhado entre Estados, Distrito Federal e Municípios), além do Imposto Seletivo, com implementação gradual ao longo do período de transição. No curso da regulamentação infraconstitucional, foi editada a Lei Complementar nº 214/2025, que institui o IBS e a CBS, entre outros aspectos do novo modelo. Após 31 de dezembro de 2025, houve avanço adicional no processo de regulamentação, com a publicação, em janeiro de 2026, da Lei Complementar nº 227/2026, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 214/2025, bem como com a continuidade das iniciativas normativas relacionadas à operacionalização do novo sistema.

e) Provisões, ativos contingentes e passivos contingentes: A preparação das demonstrações financeiras exige que a administração utilize estimativas e premissas relativas a contingências que afetam o valor dos ativos, passivos, receitas e despesas no período de reporte corrente. Em particular, dada a incerteza de natureza fiscal na legislação tributária brasileira, a determinação dos passivos tributários exige que a administração exerça julgamento, e o resultado após a realização pode diferir das estimativas. O Banco e suas controladas estão sujeitos a processos trabalhistas, cíveis (consumeristas), tributários, previdenciários e outros. A administração deve estimar a probabilidade de quaisquer resultados adversos desses processos, bem como as perdas prováveis associadas a essas questões. As provisões são reconhecidas como passivos, em despesas administrativas e/ou em encargos em resultados financeiros, quando as perdas são consideradas prováveis; ou seja, quando é provável que uma saída de recursos seja necessária e o valor pode ser mensurado com segurança. Quando a existência de uma obrigação presente não é considerada provável, o Banco divulga passivos contingentes, exceto nos casos em que a possibilidade de uma saída de recursos é remota, casos em que nenhuma provisão ou divulgação é exigida. Ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras. Tais ativos são divulgados quando a entrada de benefícios econômicos é considerada provável e são reconhecidos no ativo quando sua realização torna-se praticamente certa. Procedimentos de classificação e mensuração (trabalhistas e cíveis/ consumeristas): a classificação de risco (provável, possível ou remoto) considera, além da

análise jurídica, o estágio processual, base de dados históricos, e evolução do modelo de negócio, segregando-se os processos, quando aplicável, entre (i) fase de conhecimento e (ii) fase recursal e de execução. Em contingências trabalhistas, na fase de conhecimento, as perdas prováveis são mensuradas com base no ticket médio histórico dos pagamentos realizados entre 2022 e 2025; e, na fase recursal e de execução, com base na liquidação dos pedidos julgados desfavoráveis em sentença, acórdão e/ou execução. Para contingências cíveis (consumeristas), na fase de conhecimento, as perdas prováveis são mensuradas com base no ticket médio de entrada, apurado a partir da segmentação dos processos por causa raiz dos litígios e dos percentuais históricos de perdas ocorridas em 2025; e, na fase recursal e de execução, com base na liquidação dos pedidos julgados desfavoráveis em acórdão e/ou execução. As contingências classificadas como possíveis são mensuradas com base na liquidação dos pedidos, quando necessário, e as classificadas como remotas refletem a avaliação dos assessores jurídicos quanto à baixa probabilidade de perda e/ou decisões favoráveis. Os casos que não se enquadrarem no conceito de demandas massificadas serão avaliados individualmente, observando-se suas particularidades, e tratados conforme a análise técnica e a recomendação do advogado. As provisões são revisadas periodicamente e registradas no resultado, sendo atualizadas monetariamente quando aplicável, conforme a natureza do processo e os critérios legais/contratuais pertinentes. O prazo médio estimado para a conclusão dos processos é de aproximadamente 4 anos para processos trabalhistas, 2 anos para processos cíveis e entre 5 e 10 anos para processos tributários e previdenciários.

f) Provisões para redução ao valor recuperável de ativos

É reconhecido como perda o valor de um ativo quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. As perdas com *impairment*, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são revisados periodicamente, no mínimo uma vez ao ano, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização desses ativos.

g) Resultado líquido por ação

O resultado líquido por ação é calculado pela divisão do resultado líquido atribuído aos controladores do Original pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em cada exercício.

h) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado recorrente corresponde às atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Resultado não recorrente está relacionado com as atividades atípicas da instituição e não há previsão de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

i) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de sua emissão, sendo divulgados de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 24 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, conforme a Resolução CMN 5.185.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2026	31/12/2025
Disponibilidades	**16.500**	**8.579**
Em moedas estrangeiras	16.293	8.291
Em moeda nacional	207	288
Aplicações em moedas estrangeiras	**3.164.759**	**70.422**
Total	**3.181.259**	**79.001**

5. Ativos financeiros

5.1. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	Até 3 meses	Acima de 12 meses	30/06/2026 Total	31/12/2025 Total
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado				
Aplicações no mercado aberto				
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.852.913	203.178	2.056.091	976.183
Aplicações em moedas estrangeiras	3.167.198	–	3.167.198	70.430
Perda esperada associada ao risco de crédito	(2.476)	–	(2.476)	(155)
Ajuste de *hedge* de valor justo	(104)	–	(104)	(102)
Total	**5.017.531**	**203.178**	**5.220.709**	**1.046.356**

	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez		
Rendas de aplicações em operações compromissadas - Posição bancada	81.312	1.228
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	130.719	37.809
Rendas de aplicações voluntárias no Banco Central	137.661	125.618
Total	**349.692**	**164.655**

5.2. Títulos e valores mobiliários

a) Resumo da carteira por categorias

	30/06/2026					31/12/2025
	Valor contábil bruto	Perda de crédito esperada	Ajuste ao valor justo	Ajuste de *hedge* de valor justo	Saldo contábil	Saldo contábil
Custo amortizado (CA)	4.373.811	(960)	–	(2.925)	4.369.926	4.234.507
Valor justo por meio do resultado (VJR)	2.118.504	–	(20.576)	–	2.097.928	2.622.248
Total	**6.492.315**	**(960)**	**(20.576)**	**(2.925)**	**6.467.854**	**6.856.755**
Circulante					**4.008.226**	**3.975.543**
Não circulante					**2.459.628**	**2.881.212**

b) Resumo da carteira por categoria e tipo de papel

	30/06/2026				31/12/2025
	Carteira própria	Compro-misso de recompra	Vinculados à prestação de garantias	Total	Total
Custo amortizado (CA)	**2.907.189**	**–**	**1.462.737**	**4.369.926**	**4.234.507**
Títulos públicos	**2.149.145**	**–**	**1.462.737**	**3.611.882**	**3.501.540**
Títulos privados	**758.044**	**–**	**–**	**758.044**	**732.967**
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	9.498	–	–	9.498	8.953
Notas comerciais - NC	749.506	–	–	749.506	724.578
Perda de crédito esperada	(960)	–	–	(960)	(564)
Valor justo por meio do resultado (VJR)	**2.097.928**	**–**	**–**	**2.097.928**	**2.622.248**
Títulos públicos	**45.911**	**–**	**–**	**45.911**	**464.452**
Títulos privados	**2.052.017**	**–**	**–**	**2.052.017**	**2.157.796**
Fundos de investimentos [1]	2.024.147	–	–	2.024.147	2.090.442
Ações de companhias abertas	20.405	–	–	20.405	44.958
Bônus de subscrição de companhias abertas	7.465	–	–	7.465	22.396
Total	**5.005.117**	**–**	**1.462.737**	**6.467.854**	**7.883.933**
Circulante				**4.008.226**	**3.975.543**
Não circulante				**2.459.628**	**2.881.212**

[1] Referem-se a aplicações em cotas de fundos de investimento em particpações, fundos de investimento em direitos creditórios e em fundos de investimento em cadeias produtivas agroindustriais.

Os títulos públicos encontram-se custodiados no SELIC, os títulos privados na B3. O valor de mercado dos títulos compreende o valor divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) ou está representado pelas taxas divulgadas pela B3, ou agentes de mercado, quando necessário.

c) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Rendas de títulos de renda fixa - Títulos privados	62.051	82.670
Rendas de títulos de renda fixa - Títulos públicos	165.708	346.558
Rendas de aplicações em fundos de investimento	182.921	73.319
Lucros/(prejuízo) com títulos de renda fixa	15.646	(1.674)
Total	**426.326**	**500.873**

5.3. Instrumentos financeiros derivativos

A determinação dos valores de mercado de instrumentos financeiros derivativos é realizada de forma diária e baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas e, em alguns casos, quando da inexistência de liquidez ou mesmo de cotações, são utilizadas estimativas de valores presentes e outras técnicas de precificação.
Premissas para determinação de preços de mercado:
• **Futuros** e **Opções padronizadas** - Cotações em bolsas;
• **Swaps** e **NDF (*Non Deliverable Forward*)** - O fluxo de caixa de cada uma de suas partes é descontado a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nas taxas de juros da B3.
Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado. Encontram-se ajustados ao seu valor de mercado e seus valores referenciais notional e estão registrados em contas de compensação, conforme demonstrados a seguir:

a) Composição de instrumentos financeiros derivativos por indexador

	30/06/2026						31/12/2025
	Futuros	Opções	*Swaps*	NDF	Câmbio	Total	Total
Juros							
Valor de referência	26.762.147	–	5.448.209	2.897.758	–	35.108.114	29.573.159
Valor justo - Ativo	–	–	56.268	19.335	–	75.603	107.559
Valor justo - Passivo	–	–	(91.433)	(5.918)	–	(97.351)	(41.944)
Moeda Estrangeira							
Valor de referência	3.386.884	3.848.375	2.223.092	1.619.821	10	11.078.182	9.194.470
Valor justo - Ativo	–	–	236.710	8.091	12	244.813	121.693
Valor justo - Passivo	–	(264.113)	(152)	(17.818)	(2)	(282.085)	(159.818)

b) Composição de instrumentos financeiros derivativos por vencimento

	30/06/2026						31/12/2025
	Futuros	Opções	*Swaps*	NDF	Câmbio	Total	Total
Por valor de referência							
0 - 30	4.552.408	214.636	464.769	1.967.530	10	7.199.353	7.530.631
31 - 90	4.350.249	158.613	282.490	2.081.948	–	6.873.300	6.962.250
91 - 365	5.333.376	2.518.138	3.558.540	467.866	–	11.877.920	10.328.247
366 - 720	4.761.630	956.988	1.601.807	235	–	7.320.660	4.986.310
Acima de 721 dias	11.151.368	–	1.763.695	–	–	12.915.063	8.960.191
Total	**30.149.031**	**3.848.375**	**7.671.301**	**4.517.579**	**10**	**46.186.296**	**38.767.629**
Por valor justo - Ativo							
0 - 30	–	–	22.424	16.220	12	38.656	109.162
31 - 90	–	–	12.838	9.326	–	22.164	36.045
91 - 365	–	–	65.453	2	–	65.455	50.124
366 - 720	–	–	127.102	1.878	–	128.980	27.239
Acima de 721 dias	–	–	65.161	–	–	65.161	6.682
Total	**–**	**–**	**292.978**	**27.426**	**12**	**320.416**	**229.252**
Por valor justo - Passivo							
0 - 30	–	(14.952)	(10.990)	(8.910)	(2)	(34.854)	(22.441)
31 - 90	–	(9.348)	(2.810)	(8.669)	–	(20.827)	(55.449)
91 - 365	–	(153.123)	(28.872)	–	–	(181.995)	(73.291)
366 - 720	–	(86.690)	(30.623)	(6.157)	–	(123.470)	(50.535)
Acima de 721 dias	–	–	(18.290)	–	–	(18.290)	(46)
Total	**–**	**(264.113)**	**(91.585)**	**(23.736)**	**(2)**	**(379.436)**	**(201.762)**

Em 30 de junho de 2026, o Banco Original reconheceu o risco de crédito próprio (DVA) de R$ 35 em operações de swap e de R$ 9 em operações de NDF, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida de Outros resultados abrangentes no Patrimônio Líquido.

c) Resultado com instrumentos financeiros derivativos e câmbio

	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
NDF	229.603	446.932
Swap	200.601	81.731
Opções	(70.048)	(83.034)
Futuros	18.034	309.306
Câmbio	150	(5.067)
Total	**378.340**	**749.868**

d) Tipos de margem oferecida em garantia para instrumentos financeiros derivativos

	30/06/2026	31/12/2025
Títulos públicos		
Notas do tesouro nacional	739.255	615.930
Letras do tesouro nacional	717.184	228.192
Total	**1.456.439**	**844.122**

e) *Hedge* de investimento líquido no exterior

O Original contrata instrumentos derivativos na gestão de riscos da variação cambial do seu investimento em agência nas Ilhas Cayman, cuja moeda de suas operações é o dólar e documenta a relação entre instrumento de hedge desse investimento, bem como os testes de efetividade de forma contínua. As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos têm seu componente eficaz contabilizado no patrimônio líquido e o componente ineficaz no resultado. No semestre findo em 30 de junho de 2026, o valor eficaz foi de R$ 22.989 positivo.

f) *Hedge* de risco de mercado

Todo derivativo deve ser marcado a mercado com os efeitos levados ao resultado. Todavia, isso pode não ser simétrico com o reconhecimento de ganhos e perdas no objeto de *hedge*. Para mitigar os eventuais impactos o Banco Original realiza *Hedge Accounting*, que tem por finalidade equalizar o reconhecimento de ganhos e perdas no resultado ou patrimônio, tanto do derivativo como do objeto de *hedge*, de acordo o tipo de *hedge accounting* realizado. Portanto, o principal objetivo do *hedge accounting* é evitar a volatilidade de resultado no balanço e proteger economicamente a instituição quanto às possíveis oscilações causadas por oscilações de taxas de juros.

A efetividade das estruturas de *hedge accounting* deve ser comprovada desde a concepção e ao decorrer da operação, ao realizar testes prospectivos e retrospectivos, conforme descrito na regulamentação aplicável.

• Teste Prospectivo: possui o objetivo de comprovar a relação econômica entre o item protegido (objeto) e o instrumento de *hedge*. Utiliza-se de DV01 para demostrar que o instrumento e o objeto do *hedge* variam de forma diretamente proporcional em relação à variação à taxa de juros (nominais e reais) e em direções opostas, apresentando a relação econômica na relação de proteção.

• Teste Retrospectivo: verifica o desempenho passado de cada estrutura, a partir dos valores a mercado apurados no mínimo mensalmente, no fechamento das demonstrações financeiras.

A estrutura de *hedge accounting* poderá ser descontinuada prospectivamente caso i) o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, terminado o exercido; ii) o *hedge* deixe de satisfazer as condições de efetividade; e iii) seja revogada a designação. A descontinuidade prospectiva se dará de forma a não se apurar a variação do ajuste ao valor justo do mês em que ocorreu a inefetividade e apropriar ao longo da vida das operações de objeto de *hedge* o ajuste ao valor justo acumulado até o último período em que as condições de efetividade foram satisfeitas. Em 30 de junho de 2026 o Banco Original possui as seguintes estruturas de *hedge* vigentes:

i. Estrutura de *Hedge Accounting* Pré

O Banco Original designa relações de *hedge accounting* para o fator de risco taxa de juros prefixada (risco PRÉ) no contexto de sua estratégia de gestão de risco de mercado. As relações de *hedge* têm como risco designado a variação no valor justo decorrente de alterações nas taxas de juros prefixadas, caracterizando-se como *hedges* de valor justo (*fair value hedge*).

a) *Hedge* da Carteira de Ativos: o item objeto de *hedge* compreende ativos financeiros prefixados, principalmente operações de Rural Livre e DIR (Depósito Interfinanceiro Rural), expostos ao risco de variação no valor justo decorrente de oscilações na estrutura a termo das taxas de juros prefixadas.

b) *Hedge* da Carteira de Cessão: o item objeto de *hedge* é composto por ativos financeiros prefixados relacionados a operações de cessão de crédito em reais, cujo valor justo é sensível às variações das taxas de juros prefixadas.

c) *Hedge* da Carteira de Títulos Públicos Federais: o item objeto de *hedge* inclui títulos públicos federais prefixados. A avaliação da efetividade é realizada de forma individual por título. Em 30 de junho de 2026, o Banco mantinha relações de *hedge* designadas para os títulos LTN e NTN-F.

d) *Hedge* de Passivos - LFS: o item objeto de *hedge* corresponde a instrumentos de dívida elegíveis a capital, emitidos entre fevereiro e abril de 2022, com prazos de vencimento superiores a 10 anos. O risco designado refere-se à variação no valor justo desses passivos decorrente de mudanças nas taxas de juros prefixadas.

e) *Hedge* de Passivos - LFSC: o item objeto de *hedge* é constituído por Letras Financeiras Subordinadas Complementares (LFSC), com risco de taxa de juros prefixada.

f) *Hedge* de Passivos: Inclui passivos financeiros prefixados, com vencimento definido, emitidos em plataformas de distribuição. São elegíveis:

- Certificados de Depósito Bancário (CDB);
- Letras de Crédito Imobiliário (LCI);
- Letras de Crédito do Agronegócio (LCA);
- Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE);
- Letras Financeiras (LF).

Os instrumentos de *hedge* designados nas relações acima são:

- Contratos futuros de DI1 negociados na B3; e
- Contratos de swap de taxas de juros. Tais instrumentos são formalmente documentados, no momento da designação, como parte integrante da estratégia de *hedge accounting* do Banco. As relações são estruturadas buscando o maior grau possível de alinhamento de prazos e volumes entre instrumentos de *hedge* e itens protegidos, de forma que se espere que as alterações no valor justo do instrumento de *hedge* compensem, de maneira economicamente consistente, as alterações no valor justo do item objeto de *hedge* atribuíveis ao risco designado.

ii. Estrutura de *Hedge* Cupom Cambial

As operações de crédito e operações de passivos em moeda estrangeira abrem exposição a taxa de juros referencial em USD, denominada cupom cambial, que representa o efeito de custo oportunidade entre a taxa de juros de referência (DI) e a variação cambial decorrente da indexação em moeda estrangeira (USD). Esta exposição é mitigada com a utilização de contratos futuros de DDI. Desta forma, a estrutura de hedge protege o Banco da variação do diferencial Dólar-DI (taxa de juro referenciada em dólar), expresso em taxa de juros. A estratégia de *hedge* adotada se enquadra em um *hedge* de risco de mercado uma vez que os instrumentos financeiros derivativos, futuro de DDI, são contratados a compensar a variação no valor de mercado do risco protegido.

Teste de efetividade

	Ajuste ao valor justo		Efetividade	*Small numbers*		Efetividade
	Objeto	Instrumento	retrospectiva	<2,5%	<0,5%	prospectiva
Hedge pré - Ativos	(7.005)	6.686	95,45%	0%	0%	99,81%
Hedge pré - Cessão	(9.640)	9.640	100,00%	0%	0%	100,00%
Hedge pré - LTN	413	(413)	100,00%	0%	0%	100,00%
Hedge pré - NTN	(3.338)	3.324	99,59%	0%	0%	99,81%
Hedge pré - LFS	350.085	(404.585)	115,57%	0%	0%	100,08%
Hedge pré - LFSC	18.905	(18.354)	97,00%	0%	0%	99,93%
Hedge pré - Passivos	58.771	(58.587)	99,69%	0%	0%	99,82%
Hedge cupom cambial ativo	(14.467)	13.395	92,59%	0%	0%	101,38%
Hedge cupom cambial passivo	350	(291)	83,05%	0%	0%	99,30%

6. Operações de crédito e outras operações com características de concessão de crédito

a) Composição da carteira de operações de crédito

	Saldo contratual	Perda incorrida	Perda esperada	Ajuste de *hedge* de valor justo	30/06/2026	31/12/2025
Empréstimos	1.947.061	(116.867)	(385.490)	(14.380)	1.430.324	1.634.350
Direitos creditórios descontados	126.647	–	(73)	–	126.574	–
Financiamentos a exportação	194.713	–	(11.283)	(88)	183.342	417.936
Financiamentos a importação	84.783	–	(7)	–	84.776	14.995
Financiamentos rurais - recursos direcionados LCA	2.271.506	–	(2.359)	(6.901)	2.262.246	1.571.233
Financiamentos imobiliários - não residenciais	554.387	–	(1.997)	–	552.390	639.946
Financiamentos imobiliários - residenciais	84	(41)	(43)	–	–	3
Total	**5.179.181**	**(116.908)**	**(401.252)**	**(21.369)**	**4.639.652**	**4.278.463**
Circulante	2.466.482					
Não circulante	2.712.699					

b) Composição da carteira de outras operações com características de concessão de crédito

	Saldo contratual	Perda incorrida	Perda esperada	Ajuste de *hedge* de valor justo	30/06/2026	31/12/2025
Créditos por avais e fianças honrados	23.497	–	(6.814)	–	16.683	–
Títulos com característica de concessão de crédito	6.206.010	(948)	(94.716)	–	6.110.346	5.358.318
Créditos por venda a prazo de ativos não financeiro	25.500	–	(71)	–	25.429	23.754
Outras operações com característica concessão de crédito [1]	9.492.195	(19.785)	(25.708)	(9.640)	9.437.062	8.454.366
Total	**15.747.202**	**(20.733)**	**(127.309)**	**(9.640)**	**15.589.520**	**13.836.438**
Circulante	11.746.665					
Não circulante	4.000.537					

[1] Compreende, principalmente, devedores por compra de valores e bens, títulos e créditos a receber e recebíveis adquiridos.

c) Classificação por estágios de risco de crédito

	30/06/2026				31/12/2025
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Valor contábil bruto	Valor contábil bruto
Operações de crédito	4.333.258	267.963	577.960	5.179.181	5.612.524
Outras operações com características de concessão de crédito	14.405.681	893.032	424.992	15.723.705	13.883.392
Compromissos de crédito e créditos a liberar	375.411	–	–	375.411	348.934
Garantias financeiras prestadas	443.943	27.173	–	471.116	497.281
Total	**19.558.293**	**1.188.168**	**1.002.952**	**21.749.413**	**20.342.131**

c.1) Valor contábil bruto por estágios

	01/01 a 30/06/2026			01/01 a 30/06/2025		
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3
Saldo inicial	**18.458.132**	**317.123**	**1.566.876**	**11.596.138**	**621.875**	**2.940.365**
Transferência para Estágio 1	(1.393)	1.175	218	(222.355)	222.355	–
Transferência para Estágio 2	(479.883)	479.883	–	–	–	–
Transferência para Estágio 3	(74.888)	–	74.888	(12.575)	–	12.575
Transferência do Estágio 1	440	(440)	–	–	–	–
Transferência do Estágio 2	–	(71.857)	71.857	–	(163)	163
Transferência do Estágio 3	–	–	–	7	3.228	(3.235)
Aquisição/(liquidação)	1.655.885	462.284	12.400	3.188.858	(481.538)	(31.380)
Write Off	–	–	(723.287)	–	–	(245.136)
Saldo final	**19.558.293**	**1.188.168**	**1.002.952**	**14.550.073**	**365.757**	**2.673.352**

Do saldo total dos 3 estágios, R$ 1.296.200 são operações renegociadas das quais 27,5% referem-se às operações reestruturadas.

c.2) Perda de Crédito por estágios

	01/01 a 30/06/2026			01/01 a 30/06/2025		
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3
Saldo inicial	**(31.427)**	**(3.412)**	**(1.360.534)**	**(28.902)**	**(715)**	**(2.856.784)**
Transferência para Estágio 1	(93)	72	21	–	–	–
Transferência para Estágio 2	(255)	898	(643)	553	(553)	–
Transferência para Estágio 3	–	–	–	716	–	14.008
Transferência do Estágio 1	255	(255)	–	–	–	–
Transferência do Estágio 2	1.408	(1.408)	–	–	3	(3)
Transferência do Estágio 3	148	–	(148)	(7)	(1.711)	1.718
Aquisição/(liquidação)	8.197	(1.126)	49.246	(1.725)	(605)	49.223
Write Off	–	–	678.824	–	–	244.562
Saldo final	**(21.767)**	**(5.231)**	**(633.234)**	**(29.365)**	**(3.581)**	**(2.547.276)**

d) Garantias financeiras prestadas

	30/06/2026		31/12/2025
	Valor atualizado	Perda esperada	Perda esperada
Garantias financeiras prestadas	471.116	(844)	(673)

Refere-se a perda esperada para garantias financeiras prestadas.

e) Rendas de operações de crédito

	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Rendas de adiantamentos a depositantes	–	8
Rendas de empréstimos	1.183.508	915.575
Rendas de direitos creditórios descontados	12.886	15.757
Rendas de financiamentos à exportação	(241.740)	(454.361)
Rendas de financiamentos de moedas estrangeiras	4.748	–
Rendas de financiamentos rurais - aplicações com recursos direcionados de LCA	134.203	76.649
Rendas de financiamentos de empreendimentos imobiliários	50.289	38.867
Rendas de financiamentos habitacionais	1	11
Total	**1.143.895**	**592.506**

f) Rendas de outras operações com características de crédito

	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Rendas de crédito por avais e fianças honrados	12	–
Créditos por venda a prazo de ativos não financeiros	1.802	1.321
Total	**1.814**	**1.321**

7. Outros ativos e passivos

a) Outros ativos financeiros

	30/06/2026	31/12/2025
Créditos vinculados no Banco Central	2.107.732	1.072.735
Devedores por depósitos em garantia - cíveis, fiscais e trabalhistas	29.029	34.647
Valores a receber de sociedades ligadas	584	74.022
Total	**2.137.345**	**1.181.404**

b) Outros ativos não financeiros

	30/06/2026	31/12/2025
Relações interdependências - Numerário em trânsito	173	212
Comissões sobre avais, fianças e outras coobrigações a receber	2.024	1.613
Serviços prestados a receber	327	17
Negociação e intermediação de valores - Operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar	37.196	76.716
Adiantamentos e antecipações salariais	2.737	2.434
Adiantamentos para pagamentos por conta da Instituição	438	355
Adiantamentos ao Fundo Garantidor de Créditos	138.233	–
Devedores diversos país	1.466	3.968
Despesas pagas antecipadamente	581	29
Outros valores e bens - Ativos não financeiros mantidos para venda recebidos [1]	614.580	572.262
Provisão para desvalorização de ativos não financeiros mantidos para venda - recebidos	(18.555)	(6.258)
Total	**779.200**	**651.348**

[1] Refere-se aos ativos não financeiros (imóveis) recebidos em liquidação de instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução não destinados ao uso próprio.

c) Outros passivos financeiros

	30/06/2026	31/12/2025
Relações interfinanceiras - Outros sistemas de liquidação	39	–
Valores a pagar a sociedades ligadas	107	304
Total	**146**	**304**

d) Outros passivos não financeiros

	30/06/2026	31/12/2025
Cobrança e arrecad. de tributos e assemelhados - IOF a recolher	2.107	2.338
Sociais e estatutárias - Gratificações e participações a pagar	84	58
Negociação e intermediação de valores - Operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar	7.772	52.904
Valores a pagar em moeda estrangeira	2.618	8.677
Saldo credor em investimento [1]	2.346	2.468
Despesas de pessoal	14.417	10.811
Outras despesas administrativas	1.803	155
Credores diversos - País	18.806	8.184
Receitas a apropriar	2.824	5.829
Outros passivos	97	117
Total	**52.874**	**91.541**

[1] Em 30 de junho de 2026 foi apurado passivo a descoberto para o investimento na empresa Original Corporate Corretora de Seguros Ltda., sendo o montante apresentado na nota explicativa 7.d.1.

d.1) Saldo credor em investimento

	31/12/2025			Movimentação de 01/01 a 30/06/2026		30/06/2026
	Sede	Moeda funcional	Valor do investimento	Equivalência patrimonial	Aportes de capital e outros eventos	Valor do investimento
Coligada						
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda.	Brasil	Real	(2.468)	122	–	(2.346)

	30/06/2025			Movimentação de 01/07 a 31/12/2025		31/12/2025
	Sede	Moeda funcional	Valor do investimento	Equivalência patrimonial	Aportes de capital e outros eventos	Valor do investimento
Coligada						
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda.	Brasil	Real	(4.429)	(1.322)	3.283	(2.468)

8. Investimentos

a) Investimentos em participação em coligadas e controladas

	31/12/2025			Movimentação de 01/01 a 30/06/2026		30/06/2026
	Sede	Moeda funcional	Valor do investimento	Equivalência patrimonial	Aportes de capital e outros eventos [1]	Valor do investimento
Coligada						
PicPay Holdings Netherlands B.V.	Holanda	Real	269.337	71.095	114.719	455.151
Controladas						
Original Hub Ltda.	Brasil	Real	2.326	6	–	2.332
Total			**271.663**	**71.101**	**114.719**	**457.483**

[1] Refere-se aos efeitos do IPO da PicPay (PICS), realizado em 29 de janeiro de 2026, os quais resultaram em aumento do patrimônio líquido da PicPay Holdings Netherlands. O investimento, avaliado pelo método da equivalência patrimonial, teve suas variações reconhecidas no resultado e no patrimônio líquido, em Ajuste de Avaliação Patrimonial

			30/06/2025	Movimentação de 01/07 a 31/12/2025		31/12/2025
	Sede	Moeda funcional	Valor do investimento	Equivalência patrimonial	Aportes de capital e outros eventos	Valor do investimento
Coligada						
PicPay Holdings Netherlands B.V.	Holanda	Real	191.591	17.558	60.188	269.337
Controladas						
Original Hub Ltda.	Brasil	Real	3.121	(795)	–	2.326
Total			**194.712**	**16.763**	**60.188**	**271.663**

9. Imobilizado

a) Composição

	Custo	Depreciação	30/06/2026	31/12/2025
Sistemas de processamento de dados	11.933	(11.185)	748	952
Instalações, móveis e equipamentos de uso	5.950	(3.706)	2.244	2.516
Sistemas de segurança e comunicações	477	(471)	6	7
Total	**18.360**	**(15.362)**	**2.998**	**3.475**

b) Movimentação

		Movimentação de 01/01 a 30/06/2026			
	31/12/2025	Aquisições	Baixas	Depreciação	30/06/2026
Sistemas de processamento de dados	952	–	–	(204)	748
Instalações, móveis e equipamentos de uso	2.516	–	–	(272)	2.244
Sistemas de segurança e comunicações	7	–	–	(1)	6
Total	**3.475**	**–**	**–**	**(477)**	**2.998**

10. Intangível

a) Composição

	Custo	Amortização	30/06/2026	31/12/2025
Software	980.864	(980.864)	–	175
Licenças de uso	333.768	(326.716)	7.052	7.544
Total	**1.314.632**	**(1.307.580)**	**7.052**	**7.719**

b) Movimentação:

		Movimentação de 01/01 a 30/06/2026			
	31/12/2025	Aquisições	Baixas	Amortização	30/06/2026
Software	175	–	(175)	–	–
Licenças de uso	7.544	3.352	–	(3.844)	7.052
Total	**7.719**	**3.352**	**(175)**	**(3.844)**	**7.052**

11. Passivos financeiros ao custo amortizado

a) Depósitos

	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	30/06/2026	31/12/2025
Depósitos à vista	**607.921**	**–**	**–**	**–**	**607.921**	**95.481**
Pessoas físicas	9.247	–	–	–	9.247	7.618
Pessoas jurídicas	555.278	–	–	–	555.278	21.694
Pessoas jurídicas ligadas	11.602	–	–	–	11.602	25.163
Vinculados	14.542	–	–	–	14.542	34.317
Saldos credores em empréstimos e financiamentos	17.252	–	–	–	17.252	6.689
Depósitos interfinanceiros		**968.162**	**–**	**203.649**	**1.171.811**	**1.104.828**
Depósitos a prazo	**–**	**8.887.934**	**4.662.491**	**6.213.244**	**19.763.669**	**15.895.698**
Em moeda nacional [1]	–	2.371.596	4.662.491	6.213.244	13.247.331	13.377.716
Em moeda estrangeira	–	6.516.338	–	–	6.516.338	2.517.982
Total	**607.921**	**9.856.096**	**4.662.491**	**6.416.893**	**21.543.401**	**17.096.007**

[1] CDB são emitidos com taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 70% e 158% do DI; em operações prefixadas entre 9,84% e 17,16% a.a.; e em operações híbridas, sendo 100% do IPCA mais taxa prefixada entre 4,90% e 7,05% a.a..

b) Captações no mercado aberto

	Até 3 meses	30/06/2026	31/12/2025
Carteira própria			
Títulos públicos	**499.999**	**499.999**	**–**
Notas do Tesouro Nacional	499.999	499.999	–
Total	**499.999**	**499.999**	**–**

c) Recursos de aceites e emissão de títulos

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	30/06/2026	31/12/2025
Letras crédito imobiliário - Não ligadas [1]	33.497	268.464	251.663	553.624	632.975
Letras crédito agronegócio - Não ligadas [2]	340.702	3.943.382	7.526.576	11.810.660	10.279.708
Letras Financeiras [3]	–	176.120	121.843	297.963	265.392
(+/–) Ajuste de hedge de valor justo	(8.160)	–	–	(8.160)	2.014
Total	**366.039**	**4.387.966**	**7.900.082**	**12.654.087**	**11.180.089**

[1] Taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 87% e 98% do DI. Em operações prefixadas, a taxa praticada varia entre 10,35% e 14,28% a.a. Não havia saldo em operações híbridas indexadas ao IPCA mais taxa prefixada em 30 de junho de 2026.
[2] Taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 84% e 105% do DI. Em operações prefixadas, a taxa praticada varia entre 8,98% e 14,50% a.a. Em operação híbridas, indexadas ao IPCA mais taxa prefixada entre 4,40% e 5,05% a.a..
[3] Taxas praticadas em operações pós-fixadas de 111% do DI. Em operações pré-fixadas, a taxa praticada varia entre 13,20% e 15,65% a.a.. Não havia saldo em operações híbridas indexadas ao IPCA mais taxa prefixada em 30 de junho de 2026.

d) Instrumentos de dívida com cláusulas de subordinação

	Taxas praticadas	Vencimento	Valor emitido	30/06/2026 Valor de mercado	31/12/2025 Valor de mercado
Títulos de dívida elegíveis a capital					
Complementar autorizado	Prefixadas entre 18,29% e 18,40% a.a.	Sem vencimento	559.717	735.170	676.654
Nível II autorizado	Prefixadas entre 15,80% e 16,90% a.a.	Entre 2032 e 2036	543.100	1.053.002	976.998
(+/–) Ajuste de *hedge* de valor justo				(368.990)	(264.100)
Total				**1.419.182**	**1.389.552**

e) Obrigações por empréstimos e por repasses

	30/06/2026	31/12/2025
Empréstimos no Exterior		
Obrigações em moedas estrangeiras - Importação até 360 dias	84.783	15.031
(+/–) Ajuste de *hedge* de valor justo	(350)	1.190
Total	**84.433**	**16.221**

f) Despesas de captação

	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Depósitos	**(1.053.543)**	**(1.016.275)**
Despesas de depósitos interfinanceiros - Ligadas	(11.404)	(15)
Despesas de depósitos interfinanceiros - Não ligadas	(64.872)	(38.019)
Despesas de depósitos a prazo - Ligadas	(70.872)	(71.421)
Despesas de depósitos a prazo - Não ligadas	(906.395)	(906.820)
Captações no mercado aberto	**(30.915)**	**(42.681)**
Operações compromissadas - Carteira própria	(30.915)	(42.681)
Recursos de aceites e emissão de títulos	**(746.914)**	**(576.053)**
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio - LCA - Não ligadas	(692.661)	(435.343)
Despesas de letras imobiliárias - Ligadas	–	(7.060)
Despesas de letras imobiliárias - Não ligadas	(40.189)	(50.543)
Despesas de letras financeiras - Não ligadas	(14.064)	(83.107)
Instrumentos de dívida com cláusulas de subordinação	**(29.630)**	**(453.560)**
Despesas de instrumentos com cláusulas de subordinação	(29.630)	(453.560)
Outras	**(15.610)**	**(12.943)**
Despesas de contribuição a fundo garantidor de créditos	(15.610)	(12.943)
Total	**(1.876.612)**	**(2.101.512)**

g) Despesas em operações de empréstimos e repasses

	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Despesas de obrigações com banqueiros no exterior	6.486	231.947
Total	**6.486**	**231.947**

12. Tributos

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	**260.594**	**15.248**
Encargo total do IR e da CS às alíquotas vigentes	(117.267)	(6.862)
Efeito na apuração dos tributos	**87.099**	**45.269**
Resultado de participações em coligadas e controladas	(32.050)	(2.432)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	57.466	66.829
Ajuste ao valor de mercado dos instrumentos financeiros	46.887	(38.405)
Provisão para contingências cíveis e trabalhistas	(3.692)	(11.061)
Outros	18.488	30.338
Imposto de renda e contribuição social	**(30.168)**	**38.407**
Provisão para imposto de renda	(16.760)	21.338
Provisão para contribuição social	(13.408)	17.069
Ativos fiscal diferido - IR/CS	**(74.348)**	**(41.726)**
Total	**(104.516)**	**(3.319)**

b) Composição dos ativos correntes

	30/06/2026	31/12/2025
Imposto de Renda	36.365	17.668
Contribuição Social	296	251
PIS	4.027	3.968
COFINS	27	2
Outros impostos [1]	1.370	1.353
Total	**42.085**	**23.242**

[1] Refere-se, basicamente, aos créditos previdenciários a compensar.

c) Composição dos ativos diferidos

	30/06/2026	31/12/2025
Prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social	463.513	260.043
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	3.036.473	3.303.684
Provisão para contingências cíveis, trabalhistas, fiscais e previdenciárias	103.890	100.198
Outras diferenças temporárias no resultado	30.811	30.571
Subtotal	**3.634.687**	**3.694.496**
Outras diferenças temporárias no patrimônio líquido	17.379	17.379
Total	**3.652.066**	**3.711.875**

c.1) Movimentação dos ativos diferidos

	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Saldo inicial	**3.711.875**	**3.730.121**
Constituições	161.583	11.405
Realizações	(221.392)	(53.131)
Saldo final	**3.652.066**	**3.688.395**

d) Composição dos passivos correntes

	30/06/2026	31/12/2025
Impostos e contribuições sobre salários	(4.485)	(5.872)
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	(786)	(351)
PIS a pagar	–	(43)
COFINS a pagar	–	(268)
Outros	(2.327)	(1.761)
Total	**(7.598)**	**(8.295)**

e) Composição dos passivos diferidos

	30/06/2026	31/12/2025
Ajuste ao valor de mercado dos ativos/passivos financeiros e derivativos	(92.233)	(42.694)
Total	**(92.233)**	**(42.694)**

e.1) Movimentação dos passivos diferidos

	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Saldo inicial	**(42.694)**	**(51.573)**
Constituições	(133.270)	(243.602)
Realizações	83.731	286.082
Saldo final	**(92.233)**	**(9.093)**

f) Expectativa de realização dos ativos diferidos

	30/06/2026
2026	371.387
2027	487.992
2028	364.720
2029	374.276
2030	399.184
2031	405.689
2032	310.922
2033	306.839
2034	306.839
2035	324.218
Total dos ativos diferidos	**3.652.066**

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

g) Valor presente dos ativos diferidos

O valor presente dos ativos diferidos em 30 de junho de 2026, considerando a taxa de captação projetada, é de R$ 2.192.700.

h) Despesas tributárias

	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Despesas de imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	(550)	(727)
Despesas de contribuição ao COFINS	(19.508)	(8.241)
Despesas de contribuição ao PIS/PASEP	(3.171)	(1.339)
Total	**(23.229)**	**(10.307)**

13. Provisões e outras obrigações com instrumentos financeiros

a) Composição

	30/06/2026	31/12/2025
Provisão perdas esperadas compromisso de crédito	38	24
Provisão perdas esperadas garantias financeiras prestadas	844	673
Provisões contingências trabalhistas	168.912	182.445
Provisões contingências cíveis	27.585	31.913
Provisões contingências fiscais	28.052	–
Provisão para participações nos lucros	49.913	61.679
	275.344	**276.734**

b) Contingências cíveis e trabalhistas

• **Provisões cíveis (consumeristas):** Basicamente, são ações movidas por clientes pleiteando revisão de termos e condições contratuais, indenizações e/ou outros pedidos relacionados a demandas consumeristas, as quais são analisadas de forma individualizada e/ou tratadas como demandas massificadas, conforme sua natureza. Na fase de conhecimento, para demandas massificadas, a mensuração das perdas prováveis utiliza o ticket médio de entrada, apurado a partir da segmentação dos processos por causa raiz dos litígios e dos percentuais históricos de perdas ocorridas em 2025. Na fase recursal e de execução, as perdas prováveis são mensuradas com base na liquidação dos pedidos julgados desfavoráveis em acórdão e/ou execução. Contingências classificadas como possíveis são mensuradas com base na liquidação dos pedidos, quando necessário, e as classificadas como remotas refletem a avaliação dos assessores jurídicos quanto à baixa probabilidade de perda e/ou decisões favoráveis. Os casos que não se enquadrarem no conceito de demandas massificadas serão avaliados individualmente, observando-se suas particularidades, e tratados conforme a análise técnica e a recomendação do advogado. Para esses processos, em 30 de junho de 2026, havia o montante de R$ 4.286 em depósitos judiciais.

• **Provisões trabalhistas:** Basicamente, são ações movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas. Na fase de conhecimento, a mensuração das perdas prováveis considera o ticket médio histórico dos pagamentos realizados entre 2022 e 2025. Nas fases recursal e de execução, as perdas prováveis são mensuradas com base na liquidação dos pedidos julgados desfavoráveis em sentença, acórdão e/ou execução. Contingências classificadas como possíveis são mensuradas com base na liquidação dos pedidos, quando aplicável, e as classificadas como remotas refletem decisões favoráveis e/ou avaliação jurídica de alta probabilidade de êxito. Para esses processos, em 30 de junho de 2026, havia o montante de R$ 8.255 em depósitos judiciais. O cenário de incerteza de duração dos processos e a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas. A previsão de consumo das provisões para passivos contingentes cíveis e trabalhistas é de até quatro anos, podendo variar conforme o estágio processual.

b.1) Movimentação de passivos contingentes cíveis e trabalhistas

	01/01 a 30/06/2026			01/01 a 30/06/2025	
	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Cíveis	Trabalhistas
Saldo inicial	**–**	**31.913**	**182.445**	**14.689**	**110.374**
Constituição	28.052	2.331	5.046	727	26.152
Reversão	–	(6.659)	(18.579)	(2.299)	–
Saldo final	**28.052**	**27.585**	**168.912**	**13.117**	**136.526**

c) Passivos contingentes classificados como de risco de perda possível

São processos nas esferas cível, trabalhista e fiscal, classificados com base na expectativa de perda e conforme o prognóstico dos advogados, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente, mas divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras.

	30/06/2026	31/12/2025
Processos cíveis	43.482	41.200
Processos trabalhistas	69.967	24.556
Processos fiscais	120.327	85.673
Total	**233.776**	**151.429**

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado é representado por 1.497.788.823 ações escriturais e sem valor nominal, sendo 998.894.412 ações ordinárias e 498.894.411 ações preferenciais. Resumo do movimento no capital social do Banco Original ocorridos no primeiro semestre de 2026:

Evento	Data da deliberação	Valor do aumento/ (redução)	Valor do capital social	Quantidade total de ações	Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Data da homologação BACEN
Aumento de capital	28/01/2026	239.851	1.896.385	1.497.788.823	998.894.412	498.894.411	03/03/2026

	Ordinárias	Preferenciais	30/06/2026	31/12/2025
De domiciliados no país	1.200.973	695.412	1.896.385	1.656.534
Total	**1.200.973**	**695.412**	**1.896.385**	**1.656.534**

b) Reserva de lucros

b.1) Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% sobre o lucro do exercício, limitada a 20% do capital social. Poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das reservas de capital exceder 30% do capital social. Somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos.

b.2) Reserva estatutária

A legislação vigente e o estatuto social facultam à Administração, no encerramento do período, propor que a parcela do lucro não destinada à reserva legal e não distribuída, caso exista, seja destinada para reserva estatutária, com a finalidade de fazer frente aos investimentos para expansão dos negócios. Além disso, poderá ser utilizada para distribuição de dividendos aos acionistas.

c) Dividendos/juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado o direito aos dividendos mínimos obrigatórios, podendo também ser distribuído sob a forma de juros sobre o capital próprio, correspondente a 25% do lucro do período, deduzida a parcela destinada a reserva legal. No semestre findo em 30 de junho de 2026 não foram deliberados juros sobre o capital próprio.

d) Outros resultados abrangentes

Refere-se ao ajuste ao valor justo líquido dos efeitos tributários relativo aos ativos financeiros (títulos públicos e privados) classificados como valor justo em outros resultados abrangentes (VJORA); ao risco de crédito próprio (DVA); e *swap* designado para *hedge* do capital da agência nas Ilhas Cayman.

15. Despesas de pessoal

	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Benefícios	(9.319)	(8.933)
Encargos sociais - FGTS	(4.298)	(3.889)
Encargos sociais - INSS	(14.479)	(12.708)
Despesas de pessoal - proventos	(50.548)	(50.631)
Treinamentos e Remuneração de estagiários	(240)	(205)
Total	**(78.884)**	**(76.366)**

16. Outras despesas administrativas

	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Despesas de aluguéis	(833)	(463)
Despesas de comunicações	(1.940)	(888)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(1.805)	(3.081)
Despesas de processamento de dados	(16.590)	(20.952)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(52.396)	(92.189)
Despesas de serviços de terceiros	(10.244)	(4.243)
Despesas honorários advocatícios	(7.114)	(10.225)
Despesas de serviços técnicos especializados	(8.607)	(1.118)
Despesas de transporte	(256)	(358)
Despesas tributárias	(968)	(1.503)
Despesas de viagem no país	(1.384)	(1.103)
Outras despesas administrativas	(15.394)	(14.525)
Indenizações cíveis	(11.400)	(11.607)
Indenizações trabalhistas	(29.190)	(15.648)
Despesas de amortização	(3.844)	(4.812)
Despesas de depreciação	(477)	(6.064)
Total	**(162.442)**	**(188.779)**

17. Outras receitas

	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Lucros em operações de venda ou de transferência de ativos financeiros - operações de crédito	15.122	41.769
Recuperação de encargos e despesas	11.922	18.615
Rendas de aplicações no exterior	1.340	1.714
Rendas de garantias prestadas	4.440	4.399
Reversão provisões para passivos contingentes cíveis	6.658	1.573
Reversão provisões para passivos contingentes trabalhistas	18.579	–
Reversão provisões passivas não associadas a risco de crédito	1.986	620
Outras rendas operacionais	4.075	35.224
Atualização impostos a compensar	682	714
Atualização depósitos judiciais	81	749
Total	**64.885**	**105.377**

18. Outras despesas

	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Despesas de descontos concedidos em renegociações	(108.456)	(25.560)
Despesa provisões para passivos contingentes trabalhistas	(5.045)	(26.153)
Despesa provisões para passivos contingentes fiscais	(28.052)	(2.528)
Despesa provisões para passivos contingentes cíveis	(2.331)	–
Outras despesas operacionais	(16.117)	(4.400)
Total	**(160.001)**	**(58.641)**

19. Partes relacionadas

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2026, os benefícios de curto prazo recebidos pelo pessoal-chave da Administração somaram R$ 16.959.
Não houve pagamento de benefícios de rescisão e contrato de trabalho que consistem na utilização do plano de saúde de 2 a 9 meses após o desligamento no exercício findo em 30 de junho de 2026.
O Original não remunera seus administradores com benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e pagamento baseado em ações. O Original não concedeu empréstimos ao pessoal-chave da Administração no semestre findo em 30 de junho de 2026. O Original realiza transações bancárias com partes relacionadas, tais como depósitos remunerados e não remunerados e antecipação de recebíveis. Dentre as principais empresas do grupo J&F, destacamos o PicPay Bank S/A, a PicPay Instituição de Pagamento S/A, a Crednovo Sociedade de Empréstimos entre Pessoas S/A, a PicPay Invest DTVM Ltda., a JBS S/A, a JBS Aves Ltda., a Seara Comércio de Alimentos Ltda., a Flora Produtos de Higiene e Limpeza S/A, a Flora Distribuidora de Produtos de Higiene e Limpeza Ltda., PicS Ltd e a J&F Investimentos S/A.

Tais transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas no mercado, vigentes nas datas das operações. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

	Empresas do grupo J&F	Entidade controladora [1]	Entidades coligadas e controladas [2]	Pessoal-chave da administração	Outras partes relacionadas	30/06/2026
Ativos						
Ativos financeiros	4.460.001	177.771	–	282	–	4.638.054
Outros ativos	584	–	1	–	–	585
Passivos						
Depósitos e demais instrumentos financeiros	7.792.499	437.362	12.061	30.464	122.661	8.395.047
Outros passivos	107	–	–	–	–	107
Resultado					**01/01 a 30/06/2026**	
Resultado com ativos financeiros	333.127	(9.949)	–	–	–	323.178
Despesas em operações de captação	(247.408)	(2.223)	–	(8.700)	(911)	(259.242)
Outras receitas e (despesas)	50.934	–	–	–	–	50.934

	Empresas do grupo J&F	Entidade controladora (1)	Entidades coligadas e controladas (2)	Pessoal-chave da administração	Outras partes relacionadas	31/12/2025
Ativos						
Ativos financeiros	3.602.929	293.889	–	282	–	3.897.100
Outros ativos	–	74.031	2	–	45.796	119.829
Passivos						
Depósitos e demais instrumentos financeiros	3.632.877	2.210	4.822	52.416	19.002	3.711.327
Outros passivos	67	–	237	–	–	304
Resultado					**01/01 a 30/06/2025**	
Rendas de operações de crédito	455.009	–	–	–	–	455.009
Despesas em operações de captação	(120.716)	(4)	–	(1.480)	(989)	(123.189)
Outras receitas e (despesas)	40.474	–	–	–	–	40.474

[1] J&F Participações S/A.
[2] Original Corporate Corretora de Seguros Ltda., Original Hub Ltda.

20. Estrutura de gerenciamento de riscos

O Original preza por uma estrutura organizacional que permite um controle tempestivo, independente e assertivo, suportado por processos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades, mantendo-se sempre em linha com as melhores práticas de mercado e atendendo às regulações pertinentes.

Ponto fundamental da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle, evitando conflitos de interesses e garantindo a independência dos administradores. Por sua vez, os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes, sendo o envolvimento de todas as áreas quando da implantação e comercialização de um novo produto ou serviço e a independência na mensuração e reporte de riscos por essas áreas em processos já implantados.

O Original segrega suas exposições em carteiras de negociação (*trading*) e carteira bancária (*banking*), seguindo, além das melhores práticas de mercado, as diretrizes da Resolução 4.557/17 e da Circular 3.354/07, que estabelecem critérios mínimos para classificação de operações nas instituições financeiras. As posições nas quais há intenção de obter ganhos associados às oscilações de mercado são classificadas na carteira trading da Instituição. Nesse caso, diariamente, essas operações são identificadas, mensuradas, submetidas ao controle de limites e os resultados reportados à Administração.

As metodologias de mensuração e controle para os riscos da carteira de negociação são:

- *Value at risk* (VaR) paramétrico, com nível de confiança de 99,9% e *holding period* estipulado de acordo com o prazo de liquidação da carteira;
- *Stress test;*
- *Stop loss*.

Aqueles classificados como *banking* têm como finalidade a gestão do risco de mercado e, principalmente, do risco de taxa de juros da carteira bancária (IRRBB - *Interest Rate Risk in the Banking Book*), composta por ativos e passivos das linhas de negócios que não possuem característica de negociação. O controle de risco dessa carteira é realizado por meio de métricas de perda estimada baseadas em choques históricos nas curvas de juros, bem como por métricas regulatórias e gerenciais de IRRBB, incluindo a variação do valor econômico do patrimônio (ΔEVE - *Delta Economic Value of Equity*) e a variação da margem financeira projetada (ΔNII - *Delta Net Interest Income*). A mensuração dessas exposições e o respectivo reporte à Administração ocorrem, no mínimo, mensalmente.

	Value at risk média	30/06/2026 Fechamento	31/12/2025 Fechamento
Carteira *trading*			
Risco de taxas prefixadas	7.046	15.226	1.094
Risco de moedas estrangeiras	67.055	65.977	26.959
Risco de exposição com correlação	291	415	243
Carteira *banking*			
Risco de taxa de juros	104.381	114.874	143.341

O Original qualifica e gerencia seus potenciais riscos nas seguintes classes
Risco de crédito - Possibilidade de ocorrência de perdas financeiras associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados, integral ou parcialmente, sempre observando proativamente não só o desempenho e perspectivas dos negócios do cliente como também o valor das garantias agregadas.
Risco de mercado - Possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos preços de mercado de posições detidas, inclusive as eventuais perdas decorrentes do tamanho da posição frente à liquidez dos mercados durante processos de liquidação. **Risco de liquidez -** Possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações financeiras esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive aquelas decorrentes da vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.
Risco operacional - Possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de reflexos advindos de eventos externos.

a) Gerenciamento de riscos operacionais
Segundo a Resolução 4.557/17, incluem-se nos eventos de risco operacional as fraudes internas e externas, práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços, falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades da instituição, danos a ativos físicos próprios ou de uso pela instituição, aqueles que acarretam interrupção de atividades, falhas em sistemas de tecnologia da informação, demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho. Inclui-se ainda os riscos associados a falhas em processos realizados por terceiros que possam afetar a operação do banco e consequentemente sua imagem, inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Original, sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais/regulatórios, incluindo o descumprimento do programa de integridade e indenizações decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Original.
A estrutura de risco operacional do Original visa a identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos operacionais aos quais a instituição está exposta, além de disseminar internamente a cultura de controle de riscos. Esta estrutura está formalizada na política de gerenciamento de risco operacional, documento que define a metodologia, os processos e as responsabilidades na gestão do risco operacional. A área de risco operacional deve atuar de forma corretiva e preventiva, evitando novos eventos ou a reincidência de falhas, e elaborar um plano de contingência para continuidade dos negócios. A estrutura conta ainda com o comitê de risco operacional e controles internos.

b) Gerenciamento de riscos de mercado
O risco de mercado trata das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira do Original. A gestão de risco de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam identificar, mensurar, controlar e reportar os riscos de mercado intrínsecos a cada posição. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado do banco segue as melhores práticas de mercado e atendem ainda os requisitos da Resolução 4.557/17 do BACEN.
A análise de exposição das carteiras do Original é pautada em processos realizados pela diretoria de riscos em conformidade com as diretrizes definidas e formalizadas na política de risco de mercado, documento interno aprovado e revisado pelo F-GAP (Fórum de Gerenciamento de Ativos e Passivos).

Os pilares que estruturam a gestão de risco de mercado e de taxa de juros são:
• VaR (valor em risco);
• *Stress test;*
• *Stop loss;* e
• Análise de sensibilidade.

c) Gerenciamento de riscos de liquidez
As diretrizes da Administração para o processo de risco de liquidez são norteadas pela política de risco de liquidez que é aprovada e revisada pelo Comitê de diretoria. Esta política segue as melhores práticas de mercado além de estar em linha com a Resolução 4.557/17 do BACEN. A definição dos limites e a periodicidade de monitoramento, bem como sua revisão, também são de responsabilidade do Comitê de diretoria.
A Diretoria de Riscos é responsável por identificar, monitorar, controlar, analisar e reportar os possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que comprometam a liquidez da instituição. Este monitoramento é realizado diariamente, sendo reportado às áreas e fóruns responsáveis pela gestão de liquidez.
Estas informações quantitativas em conjunto com as estratégias de crescimento do Original, balizam as estratégias de captação e de aplicação de forma a garantir um nível adequado de liquidez.
Os pilares que estruturam estas análises são:
• Fluxo de caixa;
• Teste de estresse; e
• Caixa mínimo.

d) Gerenciamento de riscos de crédito
Conforme a Resolução 4.557/17 do BACEN, o risco de crédito é definido como a possibilidade de perda financeira decorrente de não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, da deterioração da qualidade creditícia da contraparte ou instrumento mitigador, reestruturação de instrumentos financeiros, ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.
O Comitê de diretoria é responsável pela definição do seu apetite ao risco de crédito e seus processos de gerenciamento.
À Diretoria de Riscos cabe propor ao Comitê de diretoria os limites de apetite a risco de crédito, as formas de mensurá-los, avaliá-los, monitorá-los e reportá-los. Cabe ainda à Diretoria de Riscos, desenvolver modelos de aprovação de crédito, de mensuração das exposições potenciais, de concentração de riscos, bem como avaliar a adequação das provisões para devedores duvidosos da carteira de crédito.

e) Gerenciamento de risco social, ambiental e climático
Consciente de sua responsabilidade para o desenvolvimento de uma sociedade sustentável e comprometido com o respeito à dignidade humana e com a disseminação da cultura de responsabilidade social, ambiental e climática, o Banco Original possui uma Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) e realiza o monitoramento contínuo do cumprimento dos princípios, valores, estratégias e diretrizes ali estabelecidos.
A PRSAC do Banco Original é um instrumento de gestão integrada que abrange:
Estrutura de governança direcionada às questões sociais, ambientais e climáticas; Avaliação e gestão de risco social, ambiental e climático; Atividades e operações que devem ser

priorizadas na implementação da PRSAC, observando-se os princípios da proporcionalidade e relevância; Verificação da aderência à PRSAC; Divulgação e a revisão da PRSAC; e Capacitação de empregados para a implementação de ações em sintonia com a PRSAC. Faz parte do gerenciamento do Risco Social, Ambiental e Climático as verificações do cumprimento das regras e procedimentos estabelecidos na PRSAC. Para isso, o Banco Original possui uma estrutura de Governança Corporativa constituída apta a dar tratamento adequado às questões sociais, ambientais e climáticas, proporcionalmente à exposição e à declaração de apetite ao risco da instituição, assegurando a aderência e a integração com as demais políticas do Original e que, entre outros, tem o objetivo de implementar, avaliar e monitorar a efetividade e a adequação de sua PRSAC. Inclui: Comitê de Diretoria (CD) - órgão máximo da governança, sendo responsável pela aprovação e revisão da PRSAC, bem como assegurar sua aderência e às ações com vistas à sua efetividade; Comitê de Gestão Integrada de Riscos (CGIR) - assessorar as diretrizes estratégicas de gerenciamento integrado de riscos e de capital do Original, de acordo com o seu regimento interno/regulamento; Comitê de Risco Operacional e Socioambiental (CROS) - órgão nomeado pelo Comitê de Diretoria, com a função de definir as diretrizes e acompanhar ocorrências relacionadas a gestão de Risco Operacional, Controles Internos, Continuidade de Negócios e Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, monitorando e avaliando a PRSAC; Área de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Risco Social, Ambiental e Climático - sendo responsável por manter a PRSAC atualizada e acompanhar seu cumprimento e efetividade, assim como integrar e coordenar as ações de identificação, avaliação, controle, monitoramento e reporte dos riscos sociais, ambientais e climáticos.

21. Suficiência de capital

O gerenciamento de capital consiste no processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que o conglomerado está sujeito, diante de seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas. Neste sentido, as Resoluções 4.955/21 e 4.958/21 e alterações posteriores, definiram as principais métricas para alocação de capital das instituições, seguindo as orientações do Comitê de Basileia. Nessas resoluções foram instituídos os conceitos de patrimônio de referência (PR nível I e nível II) e ativos ponderados pelo risco (RWA).
O cálculo dos ativos ponderados pelo risco (RWA) consiste em uma soma de parcelas que quantificam e consolidam os riscos de mercado, crédito e operacional. Consequentemente, o índice de Basileia verifica a relação entre a base de capital e os diversos riscos incorridos pelo Conglomerado Prudencial. No quadro abaixo destaca-se a abertura do índice de Basileia, calculado com base nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

	30/06/2026	31/12/2025
Patrimônio de referência Nível I	**2.723.618**	**2.516.475**
Capital principal	1.988.448	1.839.822
Capital complementar	735.170	676.653
Patrimônio de referência Nível II	**1.053.002**	**976.998**
Patrimônio de referência (Níveis I e II)	**3.776.620**	**3.493.473**
RWA - Ativos ponderados pelo risco	**25.388.027**	**24.188.025**
RWACPAD (parcela de risco de crédito)	22.619.769	22.170.730
RWAOPAD (parcela de risco operacional)	1.837.366	1.703.984
RWAMPAD (parcelas de risco de mercado)	930.892	313.311
Índice de Basileia	**14,88%**	**14,44%**

O Conglomerado mostrou-se enquadrado no limite regulatório para o índice de Basileia, que para junho de 2026 é 14,88%, apresentando patrimônio de referência compatível com seu nível de risco. São divulgadas trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e requisitos mínimos de patrimônio de referência (PR), de nível I e nível II. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias, encontra-se no endereço eletrônico www.original.com.br. Adicionalmente ao índice de Basileia, as instituições financeiras são obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do patrimônio de referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do patrimônio de referência ajustado na forma da regulamentação em vigor, de forma que o Conglomerado apresentou indicador de 12,50% em 30 de junho de 2026. A controladora do Conglomerado Prudencial Original possui liquidez e capacidade financeira para dar suporte ao plano estratégico de capital.

22. Informações complementares

a) Plano de aposentadoria e pensões

O Original não tem compromisso para patrocínio de plano de aposentadoria para assegurar benefício complementar aos da previdência social em proveito de seus empregados e administradores de forma que não são aplicáveis as exigências da deliberação CVM 695/12.

b) Plano de saúde - benefício pós-emprego

O Original é o principal patrocinador do plano de saúde utilizado pelos seus empregados (participantes ativos e seus dependentes), administrados pela Bradesco Saúde, cujo objetivo é a manutenção de planos de saúde, programas de assistência à saúde, campanhas de prevenção a doenças e a promoção do bem-estar de seus beneficiários por meio de convênios. Os colaboradores demitidos continuarão contando com o plano de saúde conforme cláusulas do acordo coletivo, salvo exceções (reintegrações e eventuais prorrogações). O montante custeado para os demitidos no semestre findo em 30 de junho de 2026 foi de R$ 57.

c) Seguros

O Banco Original contrata apólices de seguros para proteção dos imóveis onde se encontram suas unidades de negócio, seguros de vida de seus empregados, diretores, administradores e para cobertura de ações judiciais nas esferas cíveis e trabalhistas. Em 30 de junho de 2026, a cobertura total somava R$ 112.339. O prêmio pago foi de R$ 96.

d) Resultado recorrente e não recorrente

	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Resultado líquido	156.076	11.929
Resultado não recorrente líquido dos efeitos tributários		
Lucro na alienação de imobilizado de uso	–	10.979
Resultado recorrente	**156.076**	**950**

Administradores responsáveis pela divulgação das demonstrações financeiras

A Diretoria

Marcelo Rosas Betine
Contador
CRC 1 PR044644/“O”-6 “S” SP